



## **Embrapa**

### **Uva e Vinho**

Alexandre Hoffmann

Pesquisador, chefe-adjunto de Transferência de Tecnologia

## **Vinhos coloniais: boas notícias**

Ao longo do tempo, tratamos sobre Vinhos Coloniais nessa coluna em outras duas oportunidades, sempre falando a respeito do desafio que tínhamos pela frente para ter uma base legal capaz de contemplar os produtores dos vinhos elaborados por agricultores familiares e que têm a característica de serem artesanais ou coloniais. Agora, ao abordarmos o tema pela terceira vez, temos boas notícias. Depois de cerca de 6 anos de trabalho envolvendo diversas frentes de atuação, muitas reuniões com equipes de diversas instituições (Embrapa, Emater/RS-Ascar, Ibravin, MAPA, SDR, SEAPI, IFRS e UFRGS), várias audiências públicas, muitas palestras, outras tantas visitas, alguma inspiração e sobretudo muita transpiração, os resultados começam a aparecer.

Quando começamos a empreender a articulação para dar sequência ao que já vinha sendo feito para apoiar os produtores nesse tema, tínhamos bem claro que algo precisava ser feito para facilitar a regularização dos empreendimentos de pequeno porte, que não se enquadravam nas mesmas condições de vinícolas de maior escala. Era preciso diferenciar e dar vazão ao espírito empreendedor dos agricultores familiares, dando-lhes a necessária segurança jurídica e permitindo que o produtor tivesse tranquilidade para ofertar vinhos de qualidade ao consumidor, obtendo renda e sustentação de sua atividade.

Após a aprovação da Lei 12.959/2014 e da Instrução Normativa 17/2015, abriu-se o caminho para facilitar o registro dos empreendimentos que elaboram vinhos coloniais. Mas este caminho não foi simples e vários entraves tiveram de ser superados, especialmente para que se conseguisse combinar o rigor jurídico para produzir vinhos (afinal, trata-se de um produto para consumo humano e todo o cuidado é necessário para garantir a saúde de quem consome) com a realidade de quem produz estes vinhos. Um diálogo muito produtivo entre as partes e a inserção dos empreendimentos no Programa Estadual da Agricultura Familiar, tornou viável legalizar as duas primeiras vinícolas ainda no final de 2017. A cooperação dos produtores pioneiros, um grupo de 8 agricultores familiares em Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul fez a diferença para que os próximos candidatos à legalização possam seguir a mesma trilha, certamente agora mais facilitada. Um Guia, na forma de cartilha, foi elaborado pelas instituições mencionadas e está disponível para que os produtores possam ter acesso e orientação.

É claro que nosso trabalho não termina aqui. Cada instituição continuará envolvida neste importante trabalho. No caso da Embrapa Uva e Vinho, que tem uma relação histórica com a capacitação dos produtores e a inserção de tecnologia para qualificar a produção da uva e a elaboração do vinho, temos certeza de que há muito a fazer, promovendo cursos, elaborando publicações, orientando técnicos e exercitando a mesma parceria que permitiu que essas boas notícias se tornassem realidade.

Vinho colonial é, antes de mais nada, vinho, mesmo com toda a sua conotação cultural, apego às tradições e ao saber-fazer local e com as peculiaridades de cada produtor. Por isso, a evolução tecnológica, na produção de uvas, nos processos e nos equipamentos para elaboração precisa continuar acontecendo, para tornar esse segmento da vitivinicultura mais forte, visível e atrativo para produtores e consumidores. O que é nítido é que o consumidor quer ter acesso a um produto de alta qualidade, independente da origem do vinho. E é neste contexto que, apesar dos bons resultados até aqui, temos de estar atentos às novas demandas e oportunidades para apoiar os produtores e para que tenhamos vinhos coloniais sempre melhores, que permitam ao consumidor desfrutar de saúde, prazer, cultura e história em cada taça.